FACULDADE DE ILHÉUS

XVIII FENOPO - Feira de Negócios e Oportunidades

LIVRO DE RESUMOS

Empreender é transformar com responsabilidade Social



22 a 25 de Outubro de 2025

ILHÉUS - BA

Volume 8, N. 3, (2025), ISSN: 2594-6986 - Revista da Faculdade de Ilhéus -
DOI:10.29327/1851935

18° FENOPO - Feira de Negócios e Oportunidades:

Empreender é transformar com responsabilidade Social

22 - 25 de Outubro de 2025

Ilhéus, Ba

2025

Volume 8, N. 3, (2025), ISSN: 2594-6986 - Revista da Faculdade de Ilhéus -
DOI:10.29327/1851935

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ILHÉUS

FACULDADE DE ILHÉUS

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

SR. MS. ALAN MILANEZ FRISSO

DIRETIR GERAL

PROF. DR. ALMIR MILANESI

DIRETORA ACADÊMICA

PROF. ESP.SANDRA MARIA AGRIZZI MILANESI

ASSESSOR DE DIREÇÃO ACADÊMICA

PROF. ESP. PAULO CÉSAR CASTRO XAVIER

PROCURADOR INSTITUCIONAL

PROF. ESP. FABIANO SCHAPER PORTELA

BIBLIOTECÁRIA ESP. TATIANA ARAÚJO SANTOS

SECRETÁRIA ACADÊMICA

SRA. ROBERTA MARIA DOS SANTOS NASCIMENTO

Volume 8, N. 3, (2025), ISSN: 2594-6986 - Revista da Faculdade de Ilhéus - DOI:10.29327/1851935

PRESIDENTE

PROF MS. FLÁVIO JOSÉ MELO

PRESIDENTE DA COMISSÃO CIENTÍFICA

PROF. MS. JOLISON LEOPLDINO VASCONCELOS JÚNIOR

PROF. MS. GABRIEL BASTOS

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profª. Dra. Fátima Queiroz Alves

Profª. Ms. Thyara Gonçalves Novais

Prof. Dra, Viviana Moreto

COMISSÃO AVALIADORA

Profª. Dra. Fátima Queiroz Alves

Profª. Ms. Thyara Gonçalves Novais

Profª. Dra, Viviana Moreto

APRESENTAÇÃO

O mundo contemporâneo exige que o sucesso de uma organização não seja mais medido apenas por planilhas de lucros, mas pelo rastro de impacto positivo que ela deixa na sociedade. É sob esta premissa que a XVIII Feira de Negócios e Oportunidades, traz em 2025 uma discussão importante: como o ato de empreender pode ser a ferramenta mais poderosa de transformação social.

A responsabilidade social deixou de ser um setor isolado para se tornar a estratégia de negócios moderna. Nesta edição, a feira propõe um olhar profundo sobre o impacto coletivo. Não se trata apenas de vender produtos ou serviços, mas de entender como o empreendedorismo pode fortalecer a economia local, promover a inclusão e respeitar a sustentabilidade. Empreender, neste contexto, é um compromisso com o futuro da nossa região. O empreendedor é sobretudo, um agente de mudanças. Quando uma ideia inovadora encontra o compromisso social, o resultado é uma reação em cadeia que gera transformação econômica, geração de renda e fortalecimento do comércio regional.

O Desenvolvimento de novas habilidades e resgate da dignidade através do trabalho e da capacitação é uma mola propulsora da transformação humana. Nessa esfera o empreendedor que compreende a criação de um mercado mais justo, transparente e consciente para as próximas gerações é um agente de transformação social.

A XVIII Feira de Negócios e Oportunidades será o ponto de encontro para acadêmicos, empresários, estudantes e a comunidade. Através de exposições, compartilhamento de palestras, cursos e apresentações de trabalhos científicos, buscaremos soluções práticas que unam a viabilidade financeira ao bem-estar social. Este movimento conta com a força e a tradição da Faculdade de Ilhéus, que acredita na educação e no empreendedorismo como pilares da cidadania.

SAÚDE E TECNOLOGIA

DOI.10.29327/1851935.18-1

DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR – DESAFIOS DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS: RELATO DE CASO

DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR – DESAFIOS DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS: RELATO DE CASO

GUSTAVO PAZINI SANTOS[1]; PATRIC BEM-HUR GUIMARÃES NERES[2]; RHAISSA SANTOS NERI[3]; ULLY LORRANE CARNEIRO CORDEIRO[4]

[1]Discente da Faculdade de Ilhéus, gustavopaziniihotmail.com@gmail.com
[2]Discente da Faculdade de Ilhéus, PATRICGN.22@GMAIL.COM
[3]Discente da Faculdade de Ilhéus, Rhaissaneri.social@gmail.com
[4]Docente da Faculdade de Ilhéus, ullyullycc@gmail.com

Introdução: A disfunção temporomandibular (DTM) é um distúrbio que compromete a articulação temporomandibular (ATM), os músculos mastigatórios e estruturas relacionadas. Embora possa ocorrer em diferentes faixas etárias e em ambos os sexos, sua prevalência aumenta com o avanço da idade, afetando de 40% a 75% da população adulta mundial. A identificação sinais e sintomas é complexa por envolver múltiplas origens, sendo fundamental para o diagnóstico precoce e direcionamento terapêutico. Esse estudo tem como objetivo apresentar a complexidade do diagnóstico das DTMs a partir de um relato de caso. **Metodologia**: Trata-se de um relato de caso clínico, elaborado a partir de anamnese, exame físico e exames complementares. Foram descritos os sinais e sintomas, processo diagnóstico e condutas terapêuticas adotadas. **Discussão**: A paciente S.E.F.A, sexo feminino, 61 anos, compareceu à clínica escola da Faculdade de Ilhéus queixando-se de dor orofacial bilateral com duração aproximada de 1 ano, sendo mais intensa ao acordar ou no decorrer da noite. Durante esse período, fazia uso de anti-inflamatório, relaxante muscular e placa oclusal, sem resolução completa da dor. A ressonância magnética das ATMs não revelou alterações ósseas ou articulares. Na clínica, foram realizadas anamnese detalhada, exame intraoral da mucosa e relações dentárias, e exame extraoral com palpação da musculatura associada à articulação durante a qual, a paciente apresentou dor difusa. Adicionalmente utilizou-se um estetoscópio para auscultar a região em busca de estalos. O diagnóstico foi estabelecido como dor de origem muscular, relacionada ao estado emocional da paciente e a tensão muscular observada durante o exame de palpação. O tratamento instituído para a paciente consistiu no encaminhamento para fisioterapia da musculatura associada à ATM, aliado a acompanhamento psicológico, com evolução a ser acompanhada. **Conclusão**: Diagnosticar disfunções temporomandibulares apresentam alta complexidade, exigindo do cirurgião-dentista a aplicação de múltiplas técnicas e métodos para identificar corretamente a origem das disfunções.

Palavras-Chave: ATM. DTM. Relato de caso. Diagnóstico. Dor

Referências

VIEIRA, Amanda Sant'Ana; SALLES, Marcela Moreira. SINAIS E SINTOMAS DA DTM. Revista Científica Unilago, v. 1, n. 1, 2024.

NERI, Yasmin Bianca Oliveira et al. Validade e reprodutibilidade do Teste Avaliativo de DTM: um estudo de acurácia diagnóstica. *Revista de Pesquisa em Fisioterapia*, Salvador, v. 11, n. 4, p. 774-782, nov. 2021.

DA SILVA, Pâmela Lopes Pedro et al. Tratamento da Dor Orofacial (DOF) e Disfunção Temporomandibular (DTM). Cuidados em saúde bucal no Sistema Único de Saúde.(1a ed., pp. 259–271). Editora UFPB, 2021.

ANDRADE, Iuri Dantas da Silva. Morfologia da primitiva vila de São Jorge dos Ilhéus (séculos XVI-XVII): Análise documental e georreferenciamento. 2017. Monografia – Licenciatura em História – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.

DIAS, Henrique; ANDRADE, Iuri; OLIVEIRA, Ruana. Morfologia urbana da vila colonial de São Jorge dos Ilhéus (Bahia-Brasil, séculos XVI a XIX). Urbana, Campinas, v.11, 20, p.149- 171, jan./abr., 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Revista Esboços, n. 11, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. In memoriam: urbanismo, literatura e morte. Ilhéus: Editus – Editora da UESC, 2017. Disponível em: https://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2020/in_memoriam.pdf

SANTOS, Paulo. Formação de Cidades no Brasil Colonial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 2015.

DOI.10.29327/1851935.18-2

USO DO VULNERABLE ELDERS SURVEY 13 (VES-13) PARA TRIAGEM EM PESSOAS IDOSAS PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

USE OF VULNERABLE ELDERS SURVEY 13 (VES-13) FOR SCREENING IN ELDERLY PARTICIPANTS OF A UNIVERSITY EXTENSION PROGRAM

[1]DIEGO ARAÚJO NASCIMENTO;[2]EMILLY KAROLINA SOUZA ARAÚJO ; [3]MÁRCIA JAQUELINE SANTOS MORENO; [4]MARIA EDUARDA DE ALMEIDA ARRAIS; 5GRACIELLE DE JESUS SANTOS[5]

[1]*Graduando em Fisioterapia pela Faculdade de Ilhéus/Madre Thaís*
E-mail: araujonascimentodiego@gmail.com
[2]*Graduanda em Fisioterapia pela Faculdade de Ilhéus/Madre Thaís*
E-mail: emillyaraujo.faculdade@gmail.com
[3]*Graduanda em Fisioterapia pela Faculdade de Ilhéus/Madre Thaís*
E-mail: marciajmoreno1@icloud.com
[4]*Graduanda em Fisioterapia pela Faculdade de Ilhéus/Madre Thaís*
E-mail: dudaarrais27@gmail.com
[5]*Docente do curso de Fisioterapia da Faculdade de Ilhéus/Madre Thaís*
E-mail: gracielle_gal@hotmail.com

O envelhecimento populacional exige estratégias eficazes para identificar precocemente situações de vulnerabilidade entre idosos. O *Vulnerable Elders Survey-13* (VES-13) é um instrumento validado que avalia o risco de fragilidade, contribuindo para ações preventivas e promoção da saúde. Este estudo teve como objetivo avaliar a vulnerabilidade de idosos atendidos no projeto de extensão Faculdade Aberta à Pessoa Idosa (FAPI), no município de Ilhéus – BA, por meio da aplicação do VES-13. Trata-se de um estudo observacional, descritivo e transversal, realizado com 29 participantes do FAPI, com idades entre 51 e 82 anos, sendo a maioria do sexo feminino (93,1%). A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação individual do VES-13, composto por 13 questões relacionadas à idade, autopercepção de saúde, limitações físicas e incapacidades. A classificação seguiu os parâmetros: ≤2 pontos (baixo risco/idoso robusto), 3 a 6 pontos (médio risco/idoso pré-frágil) e ≥7 pontos (alto risco/idoso frágil). Os resultados mostraram que 48,3% apresentaram baixo risco, 44,8% médio risco e 6,9% alto risco, o que reforça a importância de ações voltadas à manutenção da autonomia e prevenção de agravos. Conclui-se que o VES-13 é uma ferramenta prática, de fácil aplicação e relevante para o monitoramento da saúde funcional de idosos.

Palavras-chave: Envelhecimento. Saúde do Idoso. Vulnerabilidade. VES-13.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um processo global que reflete avanços nas condições de saúde, mas também traz desafios importantes para o sistema de atenção à pessoa idosa. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), mais

de 15% da população tem 60 anos ou mais, o que reforça a necessidade de estratégias que promovam a autonomia, previnam incapacidades e favoreçam o envelhecimento saudável.

A vulnerabilidade em idosos é entendida como uma condição de risco intermediária entre o envelhecimento robusto e a fragilidade, podendo resultar em perda funcional e dependência (Barbosa et al. 2019). Identificar precocemente esses indivíduos permite direcionar intervenções preventivas e personalizadas, sendo crucial para evitar o declínio funcional e a progressão para a fragilidade (Duarte et al., 2024; Lima et al., 2017).

Nesse contexto, o *Vulnerable Elders Survey-13* (VES-13) é um instrumento validado que avalia a vulnerabilidade com base em idade, autopercepção de saúde e limitações nas atividades de vida diária (Saliba et al., 2001; Luz et al., 2015)

O presente trabalho tem como objetivo implementar a triagem da vulnerabilidade em idosos participantes do projeto de extensão "Faculdade Aberta à Pessoa Idosa" (FAPI), desenvolvido na Faculdade de Ilhéus. A proposta busca integrar o ensino e a prática clínica, contribuindo para a formação acadêmica dos discentes e para a melhoria da qualidade de vida dos idosos atendidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura científica evidencia que a vulnerabilidade em idosos é um importante indicador preditivo de declínio funcional, hospitalizações e mortalidade, estando associada a uma menor reserva fisiológica e a maior suscetibilidade a eventos adversos à saúde (Lourenço et al., 2018). Esse conceito antecede a instalação da fragilidade, caracterizando um estágio em que ainda é possível reverter perdas funcionais por meio de intervenções preventivas e de reabilitação. Assim, o rastreamento precoce da vulnerabilidade é essencial para garantir o envelhecimento ativo e saudável, princípio defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023).

A utilização de instrumentos padronizados, como o Vulnerable Elders Survey-13 (VES-13), é recomendada em diferentes níveis de atenção à saúde, sobretudo na atençãO primária e em programas comunitários. Esses instrumentos possibilitam a detecção precoce de idosos em risco, permitindo o direcionamento de ações interdisciplinares, educativas e fisioterapêuticas que previnam agravos e promovam o bem-estar (Greenberg et al., 2021; Barreto et al., 2025).

O VES-13 foi desenvolvido por Saliba et al. (2001) com o propósito de avaliar a vulnerabilidade funcional de forma rápida e acessível, sendo posteriormente adaptado e validado para o contexto brasileiro por Luz et al. (2015). A versão nacional apresentou

excelente confiabilidade, validade de constructo e sensibilidade para discriminar níveis de risco entre idosos da comunidade. O questionário é composto por 13 itens que contemplam idade, autopercepção de saúde e desempenho em atividades de vida diária (AVDs), com escore final de 0 a 10 pontos. A classificação segue os parâmetros: 0–2 pontos (baixo risco/idoso robusto), 3–6 pontos (médio risco/idoso em risco de fragilização) e ≥7 pontos (alto risco/idoso frágil).

Estudos como o de Barreto et al. (2025), reforçam que o VES-13 é uma ferramenta útil tanto em contextos clínicos quanto em ambientes de extensão universitária, pela sua simplicidade, baixo custo e capacidade de triagem de idosos que necessitam de acompanhamento multiprofissional. Sua aplicação permite identificar fatores que influenciam o declínio funcional, como limitações físicas, doenças crônicas e autopercepção negativa de saúde, elementos centrais para a atuação fisioterapêutica preventiva.

Projetos de extensão universitária, como o "Faculdade Aberta à Pessoa Idosa" (FAPI), desempenham papel essencial na integração ensino-serviço-comunidade. Neles, a aplicação de instrumentos como o VES-13 promove uma formação acadêmica crítica e socialmente engajada, permitindo que os estudantes reconheçam precocemente sinais de vulnerabilidade e desenvolvam ações que estimulem o envelhecimento ativo e a manutenção da funcionalidade (Barreto et al., 2025).

Nesse contexto, o VES-13 consolida-se como um instrumento de rastreamento de fácil aplicação, cientificamente validado e com grande potencial para subsidiar práticas fisioterapêuticas baseadas em evidências, fortalecendo a atenção integral à saúde da pessoa idosa e contribuindo para a construção de políticas públicas mais efetivas de cuidado e promoção da autonomia na velhice.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como observacional, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa. Foi desenvolvido no âmbito do projeto de extensão "Faculdade Aberta à Pessoa Idosa" (FAPI), promovido pela Faculdade de Ilhéus – BA. A amostra foi composta por 29 participantes de ambos os sexos, com idades entre 51 e 82 anos (média de 67 anos), integrantes ativos do projeto.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista individual, em ambiente tranquilo e reservado, utilizando o questionário VES-13. As perguntas abordaram idade, autopercepção de saúde, limitação física e dificuldade na realização de atividades diárias. As pontuações

foram atribuídas conforme o protocolo proposto por Saliba et al. (2001), e os participantes foram classificados de acordo com o nível de risco de vulnerabilidade.

A análise teve como objetivo descrever o perfil de vulnerabilidade funcional do grupo, identificando o percentual de idosos robustos, em risco de fragilidade e frágeis. O estudo seguiu os preceitos éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com consentimento livre e esclarecido dos participantes.

4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A implementação da triagem com o VES-13 no projeto FAPI possibilitou identificar de forma prática e eficiente o nível de vulnerabilidade entre os idosos participantes. Observou-se que 48,3 % apresentaram baixo risco, 44,8 % médio risco e 6,9 % alto risco. A maior concentração de participantes entre os grupos de baixo e médio risco sugere que a maioria mantém autonomia funcional, mas requer atenção preventiva para evitar a progressão para fragilidade.

Os resultados reforçam o potencial do VES-13 como ferramenta de rastreamento em contextos comunitários e acadêmicos, permitindo a detecção precoce de fatores de risco e o direcionamento de ações fisioterapêuticas preventivas. Além disso, a experiência contribuiu para o aprendizado prático dos discentes, fortalecendo a integração ensino-serviço-comunidade.

Conclui-se que o VES-13 é um instrumento de grande importância no rastreio da fragilidade em idosos, permitindo identificar precocemente aqueles em situação de vulnerabilidade. Sua aplicação facilita o direcionamento de estratégias preventivas voltadas à manutenção da funcionalidade, autonomia e qualidade de vida, contribuindo para o bem-estar e envelhecimento saudável dessa população.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, K. T. F.; OLIVEIRA, F. M. R. L. de; FERNANDES, M. G. M. **Vulnerability of the elderly:** a conceptual analysis. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 72, n. Supl. 2, p. 337-344, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/yBvHGpXJDHXQyGMKSqCJcsz/?lang=pt. Acesso em: 02 out. 2025.

BARRETO, R. V. B. et al. **Uso do Vulnerable Elders Survey-13 (VES-13) para triagem em pessoas idosas participantes um programa de extensão universitária**. Revista DELOS, Curitiba, v. 18, n. 64, p. 1-18, 2025. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/4131. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 59-62, 13 jun. 2013. Disponível em:

https://www.bing.com/search?pglt=931&q=Resolu%C3%A7%C3%A3o+n%C2%BA+466%2F2012+do+Conselho+Nacional+de+Sa%C3%BAde&cvid=b707c23009de45ecaafa8996aa34096d&gs_lcrp=EgRlZGdlKgYIABBFGDkyBggAEEUYOTIHCAEQ6wcYQNIBBzc0OGowajGoAgCwAgA&FORM=ANNTA1&PC=ACTS. Acesso em: 11 set. 2025.

DUARTE, A. P. et al. **Fragilidade do idoso:** atuação da Atenção Primária de Saúde. Revista FT, [s. l.], v. 14, n. 77, p. 119-129, 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/fragilidade-do-idoso-atuacao-da-atencao-primaria-de-saude/. Acesso em: 25 set. 2025.

GREENBERG, M. et al. **Analysis of Falls Efficacy Scale and Vulnerable Elders Survey as Predictors of Falls**. Cureus, v. 13, n. 4, e14471, 13 abr. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.7759/cureus.14471. Acesso em: 30 ago. 2025.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). ***Censo 2022*:** número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 27 out. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos. Acesso em: 29 set. 2025.

LIMA, C. A. B.; CARVALHO, J. L.; AQUINO, R. C. A. **Avaliação de vulnerabilidade do idoso através da adaptação transcultural do instrumento de identificação do idoso vulnerável VES-13**. Revista Eletrônica da Estácio Recife, Recife, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2017. Disponível em: https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/115. Acesso em: 25 set. 2025.

LOURENÇO, R. A. et al. **Consenso brasileiro de fragilidade em idosos:** conceitos, epidemiologia e instrumentos de avaliação. Geriatrics, Gerontology and Aging, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 121-135, abr./jun. 2018. Disponível em: https://www.doi.org/10.5327/Z2447-211520181800023. Acesso em: 09 set. 2025.

LUZ, L. L. et al. **Propriedades psicométricas da versão brasileira do *Vulnerable Elders Survey*-13 (VES-13)**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 507-515, mar. 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2015.v31n3/507-515/. Acesso em: 28 set. 2025.

OMS – Organização Mundial da Saúde**. *Relatório Mundial sobre Envelhecimento Saúdável das Nações Unidas:*** *atualização 2023.* Genebra: OMS, 2024. Disponível: https://www.paho.org/pt/documentos/relatorio-progresso-sobre-decada-do-envelhecimento-saudavel-das-nacoes-unidas-2021-2023. Acesso em: 01 out. 2025.

SALIBA, D. et al. **The *Vulnerable Elders Survey*:** a tool for identifying vulnerable older people in the community. Journal of the American Geriatrics Society, Hoboken, v. 49, n. 12, p. 1709-1714, dez. 2001. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11844005/. Acesso em: 28 set. 2025.

DOI.10.29327/1851935.18-3

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PREVENTIVA NO PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO

HEALTH EDUCATION AS A PREVENTIVE STRATEGY IN HIGH-RISK PRENATAL CARE.

[1]LAVINIA SANTANA HONORATO; [2]YSSIS KAMILLE DIAS ALMEIDA; [3]KARLA ROCHA CARVALHO GRESIK.

[1]*Discente do curso de Fisioteapia da Faculdade Madre Thais;* E-mail: lavinia-honorato@homail.com
[2]*Discente do curso de Fisioteapia da Faculdade Madre Thais;* E-mail: yssidias1006@gmail.com
[3]*Docente do curso de Fisioteapia da Faculdade Madre Thais;* E-mail: karlagresik@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta um projeto de intervenção realizado no Centro Municipal de Atendimento Especializado à Gestante (CMAE), em Ilhéus-BA, com foco na promoção da educação em saúde para gestantes de alto risco. A ação foi desenvolvida por estudantes de Fisioterapia e teve como objetivo conscientizar sobre fatores de risco como hipertensão, diabetes gestacional e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), além de incentivar práticas de autocuidado e adesão ao pré-natal. A intervenção incluiu a produção de materiais educativos — banner, folders e folhetos — e uma apresentação interativa com dinâmica participativa. Fundamentado nas diretrizes da Rede Cegonha e em evidências científicas, o projeto buscou fortalecer o vínculo entre gestantes e profissionais de saúde, promovendo um ambiente acolhedor e informativo. Os resultados esperados envolvem maior engajamento das gestantes no cuidado com sua saúde e na prevenção de complicações gestacionais, além de proporcionar aos estudantes uma vivência prática enriquecedora no campo da saúde pública.

1 INTRODUÇÃO

A atenção à saúde materno-infantil no Brasil tem sido fortalecida por políticas públicas como a Rede Cegonha, que visa garantir cuidados humanizados, seguros e de qualidade durante a gestação, parto e puerpério. Essa iniciativa promove a organização dos serviços de saúde com foco na integralidade do cuidado, equidade no acesso e respeito aos direitos reprodutivos (Mendonça & Rosendo, 2016; Leal et al., 2019). O pré-natal de qualidade é essencial para prevenir complicações, especialmente entre populações vulneráveis, como adolescentes e mulheres de baixa renda (Diniz & Koller, 2012). Nesse contexto, a atuação de fisioterapeutas na atenção primária tem se mostrado eficaz na promoção do autocuidado, na educação em saúde e na redução de práticas prejudiciais (Pereira & Lima, 2021). A educação em saúde contribui para o empoderamento feminino, favorecendo decisões informadas sobre a própria saúde e a do bebê (Lima; Ferreira, 2022).

O Centro Municipal de Atendimento Especializado à Gestante (CMAE) representa um espaço estratégico para intervenções educativas voltadas à saúde materna, especialmente em casos de gestação de alto risco. A atuação interdisciplinar entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e agentes comunitários de saúde é fundamental para a construção de vínculos e para a efetividade do cuidado (Pereira, 2019). A qualidade da assistência prestada em centros especializados está diretamente relacionada à redução de complicações obstétricas e neonatais (Samoto; Venancio, 2014). Além dos aspectos clínicos, é necessário considerar os fatores emocionais envolvidos na gestação, parto e puerpério, que influenciam diretamente o bem-estar materno-fetal e as relações familiares (Eizirik, Kapczinski; Bassols, 2001). O conhecimento sobre fatores de risco como hipertensão, diabetes gestacional e DSTs é essencial para que os profissionais de saúde possam intervir de forma eficaz e preventiva (Almeida; Santos, 2023).

2 METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido como ação de extensão universitária pelos estudantes do curso de Fisioterapia do Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI), com foco na promoção da saúde gestacional por meio da educação em saúde. A intervenção foi realizada no Centro Municipal de Atendimento Especializado à Gestante (CMAE), em Ilhéus-BA, e envolveu três etapas principais: visitas preliminares, planejamento da ação e execução da atividade educativa.

A primeira visita ocorreu em 20/09, com o objetivo de conhecer o espaço, identificar as demandas das gestantes e coletar informações para a elaboração da proposta. A segunda visita, em 07/11, foi destinada à organização logística e marcação da intervenção. A ação principal foi realizada em 21/11, às 9h, na área de recepção do CMAE, com a participação de gestantes e seus acompanhantes. O ambiente foi preparado de forma acolhedora, com cadeiras organizadas em círculo e um banner fixado em local visível.

Durante a intervenção, os estudantes realizaram uma apresentação oral dividida em três eixos temáticos: diabetes gestacional, hipertensão e DSTs. A exposição foi fundamentada em evidências científicas e nas necessidades identificadas no público-alvo, utilizando linguagem acessível e exemplos práticos para facilitar a compreensão. Foram confeccionados materiais educativos, incluindo um banner ilustrativo, 21 folders sobre controle da hipertensão e diabetes gestacional, e 32 folhetos informativos sobre prevenção de DSTs e métodos contraceptivos.

Após a apresentação, foi realizada uma dinâmica participativa com as gestantes, utilizando o jogo da forca com palavras relacionadas aos temas abordados. As participantes que acertavam as palavras recebiam brindes de cuidado pessoal, como forma de incentivo. Ao final da atividade, os materiais informativos foram distribuídos e os estudantes registraram a ação em relatório, destacando os principais pontos da intervenção e as percepções do grupo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação em saúde no ciclo gestacional é uma ferramenta poderosa para promover autonomia, adesão ao pré-natal e hábitos saudáveis entre gestantes. Estudos indicam que mulheres que recebem orientação adequada apresentam melhor compreensão sobre sua saúde, maior engajamento com o acompanhamento médico e redução de práticas prejudiciais (Santos et al., 2021). A atuação dos fisioterapeutas na atenção primária contribui para a disseminação de informações sobre cuidados físicos, postura, exercícios e prevenção de complicações, além de fortalecer o vínculo entre gestante e serviço de saúde (Pereira; Lima, 2021). A integração entre os níveis de atenção — básica e especializada — é essencial para garantir a continuidade do cuidado e a efetividade das ações educativas (Lima; Ferreira, 2022).

A Rede Cegonha, como política estruturante, reforça a importância da articulação entre profissionais e serviços para garantir um modelo de atenção humanizado e eficiente. A educação em saúde, nesse contexto, não se limita à transmissão de informações, mas envolve escuta ativa, acolhimento e construção conjunta de saberes. O CMAE, ao oferecer espaço para ações educativas, permite que gestantes de alto risco recebam orientações específicas sobre fatores como hipertensão, diabetes gestacional e DSTs, temas que impactam diretamente a saúde materno-fetal. A abordagem educativa também considera os aspectos emocionais da gestação, promovendo bem-estar e fortalecendo as relações familiares (Eizirik et al., 2001). Assim, a fundamentação teórica do projeto está alinhada às diretrizes da saúde pública e às evidências científicas que sustentam a importância da educação em saúde no contexto gestacional.

3 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A intervenção realizada no CMAE demonstrou a relevância da educação em saúde como estratégia para a promoção do cuidado integral à gestante. A abordagem educativa permitiu que as participantes recebessem informações claras e acessíveis sobre temas cruciais para a saúde materno-fetal, como hipertensão, diabetes gestacional e DSTs. A dinâmica participativa favoreceu o engajamento das gestantes, promovendo um ambiente acolhedor e

estimulando a troca de saberes. A ação contribuiu para o fortalecimento do autocuidado e para a adesão ao acompanhamento pré-natal, elementos fundamentais para a prevenção de complicações gestacionais.

Além dos benefícios para as gestantes, o projeto representou uma oportunidade enriquecedora para os estudantes de Fisioterapia, que puderam vivenciar a prática da educação em saúde no contexto da atenção especializada. A experiência reforçou o papel do fisioterapeuta na promoção da saúde pública e na construção de vínculos com a comunidade. O projeto evidencia a importância de iniciativas contínuas voltadas à educação em saúde no ciclo gestacional, alinhadas às diretrizes da Rede Cegonha e às necessidades reais da população atendida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A.; SANTOS, M. F. F. Fatores de risco na gestação: identificando e prevenindo complicações. Rio de Janeiro: Editora Saúde Materna, 2023.

DINIZ, S. de S.; KOLLER, S. H. A assistência ao pré-natal e os determinantes sociais da saúde na gravidez de adolescentes e mulheres de baixa renda. Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, v. 12, n. 4, p. 477–485, 2012.

EIZIRIK, C. L.; KAPCZINSKI, F.; BASSOLS, A. M. A mulher e a maternidade: aspectos psicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LEAL, M. C.; SANTOS, M. M.; GAMA, S. G. N.; et al. Desafios na implementação da Rede Cegonha: avanços e barreiras. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 6, p. e00223018, 2019.

LIMA, R. T.; FERREIRA, D. S. Empoderamento feminino e educação em saúde no ciclo gestacional. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 75, n. 2, e20200329, 2022.

MENDONÇA, A. R.; ROSENDO, T. M. S. A Rede Cegonha como estratégia para qualificação da atenção à saúde materna e infantil no SUS. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 69, supl. 1, p. 93–100, 2016.

PEREIRA, A. B.; LIMA, F. C. Educação em saúde e fisioterapia para gestantes na atenção primária: uma análise das práticas. Ciência e Saúde Coletiva, v. 26, n. 7, p. 3455–3463, 2021.

PEREIRA, M. R. A. A organização dos processos de atenção no pré-natal: importância da colaboração entre profissionais no contexto de alto risco. Revista de Saúde Pública, v. 53, n. 3, p. 358–367, 2019.

SAMOTO, C.; VENANCIO, M. A qualidade da assistência materno-infantil em contextos urbanos. Revista Brasileira de Saúde Pública, v. 28, n. 3, p. 150–160, 2014.

SANTOS, J. F.; et al. A influência da educação em saúde no pré-natal para a prevenção de complicações gestacionais. Revista de Enfermagem Comunitária, v. 27, n. 4, p. 78–85, 2021.

DOI.10.29327/1851935.18-4

MINDFULNESS DIGITAL: UMA ESTRATÉGIA PARA REDUZIR DISTRAÇÕES E MELHORAR O FOCO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

DIGITAL MINDFULNESS: A STRATEGY TO REDUCE DISTRACTIONS AND IMPROVE FOCUS AMONG UNIVERSITY STUDENTS

[1]ALÍCIA DOS SANTOS MOREIRA

[1]*Psicóloga formada pela Faculdade de Ilhéus, aliciamooreira@gmail.com.*

Resumo

O presente estudo objetiva investigar de que forma o mindfulness digital contribui para o desenvolvimento do foco e a redução de distrações entre estudantes universitários. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com a finalidade de reunir, analisar e sintetizar evidências científicas publicadas nos últimos cinco anos. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PubMed, Scopus e Google Scholar, utilizando os descritores “mindfulness digital”, “atenção plena online” e “foco acadêmico”. Foram selecionados artigos que abordam intervenções digitais baseadas em mindfulness aplicadas ao contexto educacional. Os resultados indicam que o mindfulness digital favorece a autorregulação da atenção, reduz o uso compulsivo de smartphones e aumenta o engajamento acadêmico. Conclui-se que o mindfulness digital representa uma ferramenta promissora para promoção do bem-estar e desenvolvimento do desempenho cognitivo entre universitários.

Palavras-chave: Mindfulness digital. Atenção plena. Foco. Estudantes universitários; revisão integrativa.

1 INTRODUÇÃO

A era digital trouxe benefícios incontestáveis, mas também desafios relacionados à dispersão de atenção e à sobrecarga de estímulos. Entre estudantes universitários, o uso constante de dispositivos eletrônicos tem impactado o rendimento acadêmico e a saúde mental. Nesse contexto, o mindfulness digital surge como uma alternativa promissora para auxiliar no desenvolvimento do foco e na gestão das distrações cotidianas.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância de compreender como práticas de atenção plena mediadas por tecnologia podem contribuir para o foco e o equilíbrio emocional de jovens em formação acadêmica. Trata-se de um estudo bibliográfico e exploratório baseado em publicações recentes sobre mindfulness digital e seus impactos psicológicos. O trabalho organiza-se em três seções: fundamentação teórica, metodologia e conclusões preliminares.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é sintetizar o conhecimento científico disponível sobre mindfulness digital e seu impacto no desenvolvimento do foco e na redução de distrações entre estudantes universitários.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PubMed e Scopus, entre julho e setembro de 2025, utilizando os descritores: “mindfulness digital”, “digital mindfulness”, “atenção plena online” e “foco acadêmico”. Critérios de inclusão: Publicações entre 2020 e 2025; Estudos empíricos, teóricos ou revisões sobre intervenções digitais de mindfulness; Textos em português, inglês ou espanhol. Critérios de exclusão: Artigos duplicados; Teses, dissertações ou estudos que não abordem a relação entre mindfulness digital e atenção/foco.

Os artigos selecionados foram organizados e analisados quanto aos objetivos, métodos, resultados e lacunas identificadas, permitindo uma síntese integrativa das evidências.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O mindfulness digital refere-se à adaptação da prática de atenção plena para ambientes virtuais, por meio de aplicativos e programas online que oferecem exercícios guiados, lembretes para pausas conscientes e monitoramento do progresso (LaMontagne et al., 2024; Xiong, Yu; Yang, 2025). Estudos recentes indicam que essa abordagem favorece a redução do uso problemático de smartphones, melhora o foco atencional e fortalece a autorregulação frente às distrações digitais (BMC Psychology, 2025).

A psicologia da atenção demonstra que sustentar o foco em estímulos relevantes é essencial em contextos com múltiplos sinais concorrentes. O mindfulness digital atua como um treino da atenção, permitindo resistir a interrupções constantes de notificações e redes sociais (Liebherr et al., 2024). Além disso, a cultura digital contemporânea, marcada pela hiperconectividade, aumenta a dispersão e a sobrecarga cognitiva, especialmente entre estudantes universitários (Xiong, Yu; Yang, 2025).

Intervenções digitais de mindfulness, quando integradas à rotina acadêmica, têm demonstrado eficácia na promoção de hábitos saudáveis, equilíbrio emocional e aumento do desempenho cognitivo. A adesão a essas práticas depende de fatores como motivação, facilidade de uso do aplicativo e percepção de relevância pelo usuário (LaMontagne et al., 2024; BMC Psychology, 2025).

Dessa forma, o mindfulness digital combina princípios da atenção plena, da psicologia cognitiva e da cultura digital, oferecendo uma ferramenta acessível e promissora para o

desenvolvimento do foco e do bem-estar emocional de estudantes universitários, em consonância com as demandas de atenção e gestão de tempo da vida acadêmica contemporânea (Xiong, Yu ; Yang, 2025; Liebherr et al., 2024).

4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Conclui-se que o mindfulness digital se apresenta como uma ferramenta relevante e acessível para desenvolver o foco, reduzir distrações e promover o bem-estar emocional entre estudantes universitários. A revisão integrativa permitiu observar que práticas mediadas por tecnologia podem ser eficazes quando inseridas de forma estruturada na rotina acadêmica, favorecendo a autorregulação da atenção e a diminuição do uso compulsivo de dispositivos móveis.

Os resultados também indicam que o uso de aplicativos e plataformas digitais voltados ao mindfulness estimula o autoconhecimento, a gestão emocional e a construção de hábitos mais saudáveis frente aos desafios da vida acadêmica. Entretanto, percebe-se a necessidade de maior aprofundamento teórico e empírico sobre o tema, uma vez que ainda há limitações metodológicas nos estudos analisados, como amostras pequenas e ausência de acompanhamento longitudinal. Além disso, destaca-se a importância de considerar fatores culturais e individuais que influenciam a adesão e a eficácia das práticas digitais de atenção plena.

Dessa forma, futuras pesquisas podem contribuir para o aprimoramento de intervenções baseadas em mindfulness digital, ampliando seu alcance e impacto no campo da saúde mental e da educação superior.

Referências

LaMontagne, L. G., et al. (2024). "Acceptability, usage, and efficacy of mindfulness apps for college student mental health: A systematic review and meta-analysis of RCTs." Journal of Affective Disorders, 367, 951-971. https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39260578/

Xiong, W., Yu, X., & Yang, L. (2025). "Effect of digital mindfulness on perceived stress and anxious emotion among college students." Frontiers in Psychiatry. https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyt.2025.1644370/full

Aldbyani, A., et al. (2025). "Mindfulness and problematic smartphone use: indirect and conditional associations via self-regulated learning and digital detox." BMC Psychology. https://bmcpsychology.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40359-025-03485-3

Liebherr, M., et al. (2024). "Digital mindfulness training and cognitive functions: A

preregistered systematic review of neuropsychological findings." Annals of the New York Academy of Sciences, 1532(1), 37-49.
https://doi.org/10.1111/nyas.15095

DOI.10.29327/1851935.18-5

A UTILIZAÇÃO DO JAMELÃO (*Syzygium Cumini*) E SUA FUNCIONALIDADE EM DIVERSAS PREPARAÇÕES GASTRONÔMICAS INOVADORAS

THE USE OF JAMELÃO (*Syzygium Cumini*) AND ITS FUNCTIONALITY IN VARIOUS INNOVATIVE GASTRONOMIC PREPARATIONS

ÉFSON DE JESUS SANTOS DA SILVA; [2]ANDRÉ RODRIGO CABRAL DOS SANTOS

Graduando em Gastronomia, Faculdade de Ilhéus – CESUPI; efsonceogastro@gmail.com
Professor e Coordenador do Curso de Gastronomia à época da pesquisa, Faculdade de Ilhéus CESUPI andrefame@bol.com.br

Resumo

O jamelão (*Syzygium cumini*), também conhecido como jambolão, é uma fruta tropical amplamente adaptada ao clima brasileiro e apresenta elevado potencial funcional. Este trabalho tem como objetivo explorar o potencial gastronômico e sustentável do jamelão por meio do desenvolvimento de preparações inovadoras. A pesquisa foi conduzida de forma experimental e artesanal, utilizando frutos colhidos em Ilhéus-BA para a elaboração de seis produtos: geleia com pectina natural da casca de maracujá, refrigerante artesanal, pão com fermento natural, iogurte, brigadeiro e bolo mini vulcão. Todos os produtos demonstraram viabilidade técnica, sensorial e comercial, apresentando coloração intensa, sabor característico e propriedades funcionais associadas às antocianinas e compostos fenólicos. O estudo evidencia o potencial do jamelão como ingrediente funcional e sustentável, promovendo a valorização de frutos nativos, o desenvolvimento regional e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2, 12 e 15).
Palavras-chave: Gastronomia funcional. Sustentabilidade. Produtos artesanais. Inovação alimentar. Jamelão.

1 INTRODUÇÃO

O jamelão (*Syzygium cumini*), fruta tropical originária da Índia e amplamente difundida no Brasil, destaca-se por sua coloração intensa, sabor adstringente e elevado valor nutricional. Estudos apontam a presença de proteínas e aminoácidos livres como alanina, asparagina e tirosina (Brandão et al., 2011; Shahnawaz et al., 2009), além de compostos fenólicos e antocianinas com reconhecida ação antioxidante (Herculano et al., 2014). Apesar de seu potencial nutricional, o fruto é pouco explorado gastronomicamente, sendo utilizado, em geral, apenas de forma artesanal e regional. Diante do crescimento da gastronomia funcional e da busca por ingredientes regionais sustentáveis, este trabalho propõe o aproveitamento integral do jamelão em preparações inovadoras, com foco na redução de desperdícios, valorização da biodiversidade e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve abordagem experimental, com produção artesanal das formulações. Os frutos foram colhidos manualmente em Ilhéus-BA, higienizados, despolpados e congelados para uso posterior. As preparações foram elaboradas no domicílio do autor e no laboratório da Faculdade de Ilhéus, seguindo fichas técnicas padronizadas, contendo ingredientes, etapas de preparo, rendimento, tabela nutricional, embalagem e rótulo.

Foram desenvolvidos seis produtos: geleia de jamelão com pectina natural da casca de maracujá, refrigerante artesanal, pão de fermentação natural, iogurte, brigadeiro e bolo amanteigado tipo mini vulcão. Todas as etapas foram registradas fotograficamente, e os produtos receberam identidade visual simulando a linha comercial "Delícias do Jamelão – Sabores da Terra". As boas práticas de fabricação foram seguidas em todas as etapas do processo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O jamelão é um fruto de alto valor biológico e funcional, caracterizado pela presença de antocianinas, taninos e compostos fenólicos, os quais atuam na neutralização de radicais livres e contribuem para a prevenção de doenças metabólicas (Brandão et al., 2011; Herculano et al., 2014). Além de suas propriedades antioxidantes, estudos demonstram que o consumo do fruto pode auxiliar na regulação glicêmica, sendo tradicionalmente utilizado em comunidades rurais como auxiliar natural no controle do diabetes. Na gastronomia funcional, ingredientes com propriedades bioativas têm ganhado destaque por unirem sabor e benefícios à saúde.

A aplicação do jamelão em produtos como geleias, pães e bebidas artesanais representa uma alternativa viável à indústria alimentícia, ao mesmo tempo em que valoriza frutas nativas e reduz o impacto ambiental associado ao desperdício de alimentos regionais. Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios da sustentabilidade e da inovação alimentar, reforçando a importância de se desenvolver produtos que unam qualidade sensorial e responsabilidade socioambiental.

A valorização da gastronomia regional é um pilar essencial para a construção de identidades culturais e o fortalecimento econômico de comunidades locais. Nesse contexto, o presente estudo propõe a criação da marca "Delícias do Jamelão – Sabores da Terra", uma linha artesanal que simboliza o aproveitamento integral da fruta e sua transformação em produtos gastronômicos de alto valor agregado. A marca tem como missão promover o consumo consciente, a funcionalidade nutricional e o resgate da cultura alimentar regional, representando uma ponte entre a tradição e a inovação. Suas embalagens e rótulos, de estética

rústica e natural, reforçam o conceito de produto artesanal e sustentável, destacando a procedência e o compromisso ambiental da produção.

Dessa forma, o trabalho fundamenta-se em princípios de sustentabilidade, inovação e valorização territorial, posicionando o jamelão não apenas como um alimento funcional, mas como um símbolo da biodiversidade brasileira e de seu potencial gastronômico.

3 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Os produtos desenvolvidos demonstraram excelente viabilidade técnica, sensorial e comercial. O uso do jamelão conferiu cor intensa, sabor característico e propriedades funcionais, evidenciando o potencial da fruta na gastronomia funcional e artesanal. Além de inovar gastronomicamente, o trabalho contribui para a sustentabilidade e a valorização de ingredientes regionais, alinhando-se aos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 15 (Vida Terrestre).

Conclui-se que o jamelão é um ingrediente promissor para o desenvolvimento de produtos funcionais e sustentáveis, sendo possível sua aplicação em diferentes preparações de forma criativa e comercialmente viável. A marca “Delícias do Jamelão – Sabores da Terra” reforça a importância da identidade regional e da inovação artesanal como caminhos para o fortalecimento da gastronomia brasileira.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, T. S. de O. et al. Alterações enzimáticas, compostos fenólicos, taninos e vitamina C em diferentes estádios de maturação do fruto jamelão (Syzygium cumini Lamark). Ciência e Tecnologia de Alimentos, 2011.

HERCULANO, E. A. et al. Evaluation of cardiovascular effects of edible fruits of Syzygium cumini Myrtaceae (L) Skeels in rats. Tropical Journal of Pharmaceutical Research, v. 13, p. 1853–1861, 2014.

SANTOS, R. O.; SOUZA, R. C.; LIMA, C. J. Potencialidades e aplicações do jamelão (Syzygium cumini). In: Simpósio Internacional de Inovação Tecnológica (ISTI/SIMTEC), 9., 2018, Aracaju. Anais eletrônicos... Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

SHAHNAWAZ, M.; SHEIKH, S. A.; NIZAMANI, S. M. Determination of nutritive values of Jamun fruit (Eugenia jambolana) products. Pakistan Journal of Nutrition, v. 8, p. 1275–1280, 2009.

DOI.10.29327/1851935.18-6

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA: ANÁLISE TIPOLÓGICA DAS FACHADAS NO CENTRO HISTÓRICO DE ILHÉUS

FRAGMENTS OF HISTORY: A TYPOLOGICAL ANALYSIS OF FACADES IN THE HISTORIC CENTER OF ILHÉUS

ANA CLARA CORRÊA DA SILVEIRA[1]; BIANCA FREITAS GUEDES[2]; HELLEN CÁSSIA BRASIL PEREIRA VIVAS[3], ADRIANE GOMES RODRIGUES BATATA[4]; YASMINIE MIDLEJ SILVA FARIA CERQUEIRA[5].

[1] Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI)/ Faculdade Madre Thaís, Rod. Ilhéus-Olivença, Km 1,5, (73) 2101-1740, silveiraanaclara65@gmail.com
[2] Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI)/ Faculdade Madre Thaís, Rod. Ilhéus-Olivença, Km 1,5, (73) 2101-1740, bianca-guedess2@hotmail.com
[3] Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI)/ Faculdade Madre Thaís, Rod. Ilhéus-Olivença, Km 1,5, (73) 2101-1740, hellenbrasilp@gmail.com
[4] Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI)/ Faculdade Madre Thaís, Rod. Ilhéus-Olivença, Km 1,5, (73) 2101-1740, adriane.batata@mail.com
[5] Centro de Ensino Superior de Ilhéus (CESUPI)/ Faculdade Madre Thaís, Rod. Ilhéus-Olivença, Km 1,5, (73) 2101-1740, yasminie.midlej@gmail.com

O traçado urbano em padrão xadrez, ortogonal, reflete a tradição portuguesa de organizar quarteirões em torno de vias centrais que conduzem à praça principal (Andrade, 2017). As ruas retilíneas e as edificações alinhadas reforçavam a padronização e a uniformidade estética das fachadas. Ao analisar três das oito ruas primitivas do município de Ilhéus-BA, Jorge Amado, Antônio Lavigne de Lemos e Marquês de Paranaguá, é possível identificar traçados herdados da colonização (Oliveira, 2017), em que seus usos e tipologias adaptaram-se ao crescimento da cidade. O objetivo geral desta pesquisa é observar as transformações ocorridas nessas três ruas primitivas do centro histórico da cidade a partir da análise tipológica de suas fachadas. Como objetivo específico, propôs-se elaborar mapas das ruas estudadas, representando seus lotes e edificações, bem como classificar as fachadas de acordo com as diferentes alterações observadas. A metodologia adotada fundamenta-se na revisão bibliográfica e documental, com pesquisa em campo para coleta de material e análise dos mapas de acordo com as alterações observadas. Foram identificadas quatro categorias de fachadas segundo modificações: preservadas, totalmente descaracterizadas, parcialmente descaracterizadas (por acréscimos ou alteração nas aberturas) e preservadas com alteração de materiais. Essa categorização permitiu classificar as edificações e compreender suas transformações ao longo do tempo. A análise nas três ruas revela predominância de alterações totais (61,90%), seguidas por parciais (14,29%) e de material (13,49%), enquanto apenas 10,32% mantêm-se preservadas com alterações. Apesar de apresentarem maior quantidade de alterações totais, cada rua evidencia particularidades. Na Rua Jorge Amado, há mais casos de preservação com alterações; na Marquês de Paranaguá, prevalecem alterações parciais; e na Antônio Lavigne de Lemos, destacam-se alterações de materiais. Os resultados reforçam as diferentes dinâmicas urbanas que conduziram às mudanças em cada rua e a necessidade de refletir sobre estratégias diferenciadas para valorização do patrimônio arquitetônico do município.

Palavras-chave: Ruas primitivas. Tipologias. Fachadas. Evolução urbana. Patrimônio.

ANDRADE, Iuri Dantas da Silva. Morfologia da primitiva vila de São Jorge dos Ilhéus (séculos XVI-XVII): Análise documental e georreferenciamento. 2017. Monografia – Licenciatura em História – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.

OLIVEIRA, Ruana Alencar. Morfologia urbana da vila de Ilhéus (séculos XVIII-XIX): Análise documental e georreferenciamento. 2017. Monografia – Licenciatura em História - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.

DOI.10.29327/1851935.18-7

FORMATOS DE POSTAGEM E ENGAJAMENTO NO INSTAGRAM: UMA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “CIDADE DESEJADA”

POSTING FORMATS AND ENGAGEMENT ON INSTAGRAM: AN EXPERIENCE FROM THE "DESIRED CITY" EXTENSION PROJECT

[1]ANDRÉ LUCAS LIMA DE OLIVEIRA; [2]THAISLA GABRIELLE BARAÚNA CONCEIÇÃO; [3]ADRIANE GOMES RODRIGUES BATATA ;[4] YASMINIE MIDLEJ SILVA FARIAS CERQUEIRA

[1]Faculdade de Ilhéus / Faculdade Madre Thaís, limasandre322@gmail.com
[2]Faculdade de Ilhéus / Faculdade Madre Thaís, thaislabarauna@gmail.com
[3]Faculdade de Ilhéus / Faculdade Madre Thaís, adriane.batata@mail.com
[4] Faculdade de Ilhéus / Faculdade Madre Thaís, yasminie.midlej@gmail.com

O analfabetismo urbanístico limita a compreensão da sociedade sobre as estratégias de produção e ocupação do espaço. Diante desse cenário, o projeto de extensão “cidade desejada” tem utilizado o Instagram como ferramenta para estimular e promover a interação e reflexão da sociedade sobre a construção de espaços urbanos mais democráticos e inclusivos. Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto dos diferentes tipos de postagens e do alcance de seus conteúdos. Para mensurar esse impacto, foram analisadas publicações postadas entre os meses de fevereiro e setembro de 2025. Essas postagens foram divididas em três grupos: cards com conteúdo referencial; cards com os projetos urbanos elaborados por estudantes de arquitetura e urbanismo apresentando o “antes e depois” e vídeos destes mesmos projetos com áudio explicativos. A análise permitiu constatar que as visualizações das postagens do perfil foram crescendo à medida em que a temática foi se tornando menos abstrata e se aproximando mais da realidade da cidade. Isso aconteceu na segunda fase, em que os cards mostravam a transformação do espaço (antes e depois) e obtiveram mais visualizações em relação a primeira, que apresentava a temática geral da proposta. A terceira fase, em que a proposta é apresentada através de vídeo narrado pelo autor do projeto, um *Reels,* gerou o aumento mais expressivo de visualizações, enquanto os posts visuais tiveram desempenho mediano, e apenas um atingiu 1.161 visualizações. Apesar de todas as postagens abordarem temas urbanísticos, ficou evidente que o formato influencia para ampliar engajamento. Frente a necessidade de combater o analfabetismo urbanístico, a estratégia de apresentar vídeos com narração mostrou-se, dentre as analisadas, a mais eficaz para ampliar o alcance das postagens. Tal estratégia ressalta a importância de adequar a linguagem e os estímulos comunicacionais ao público almejado.

Palavras-chave: Instagram. Urbanismo. Ensino. Interação. Extensão.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbanístico. Revista Proposta n° 93/94 - Junho/Novembro. 2002. p.81-84. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Revista-Proposta-94-Web.pdf. Acesso em: 2 out. 2025.

DOI.10.29327/1851935.18-8

PRESERVAR OU TRANSFORMAR? A CATALOGAÇÃO DAS FACHADAS NO CENTRO HISTÓRICO DE ILHÉUS

[1]ANA CLARA CORRÊA; [2]BIANCA FREITAS; [3]HELLEN CÁSSIA BRASIL, [4]ADRIANE [5]GOMES; [5]YASMINIE MIDLEJ.

[1]email: silveiraanaclara65@gmail.com
[2]bianca-guedess2@hotmail.com
[3]Hellen Cássia Brasil Pereira Vivas, email: hellenbrasilp@gmail.com
[4]adriane.batata@mail.com
[5] yasminie.midlej@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender as transformações ocorridas nas ruas primitivas do centro histórico de Ilhéus, tendo como foco a tipologia das fachadas de suas edificações. O estudo parte da observação dessas vias, que ainda preservam o traçado urbano herdado da colonização portuguesa no Brasil. Ao olhar para a rua como objeto de análise, a leitura das fachadas permite compreender tanto os processos de preservação quanto às mudanças tipológicas resultantes da dinâmica urbana da cidade. O objetivo central desta pesquisa é observar as transformações ocorridas nas ruas Jorge Amado, Antônio Lavigne de Lemos e Marquês de Paranaguá, a partir da análise tipológica de suas fachadas. Como objetivo específico, busca-se elaborar mapas das ruas estudadas, representando seus lotes, e classificar as fachadas segundo os diferentes tipos de alterações observadas, identificando casos de preservação, descaracterização total ou parcial e modificações de materiais.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada fundamenta-se na revisão bibliográfica e documental, com pesquisa de campo para coleta de dados e produção dos mapas. Esse processo possibilita catalogar as edificações e interpretar as mudanças ocorridas ao longo do tempo, por meio de uma análise tipológica e histórica que relaciona a arquitetura ao contexto urbano da cidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam predominância de alterações totais, correspondendo a 65% dos lotes analisados. Alterações parciais representam 15%, alterações de material 10,83%, e apenas 9,17% foram classificados como preservados com alterações. A leitura por rua mostra

especificidades: na Rua Jorge Amado, embora haja maioria de descaracterizações, ainda se encontram exemplos pontuais de preservação; na Rua Marquês de Paranaguá, destacam-se as alterações parciais, sugerindo transformação gradativa; já na Rua Antônio Lavigne de Lemos, sobressaem casos de substituição de materiais, além de expressiva descaracterização total.

4 CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui-se que a análise tipológica das fachadas revela tanto os processos de preservação quanto as descaracterizações presentes no centro histórico de Ilhéus. Esses resultados reforçam a necessidade de refletir sobre estratégias de conservação e valorização do patrimônio arquitetônico da cidade.

CIÊNCIAS HUMANAS

DOI.10.29327/1851935.18-9

PIRÂMIDES FINANCEIRAS TRAVESTIDAS DE EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE PENAL E CIVIL DA PRÁTICA

FINANCIAL PYRAMIDS DISGUISED AS ENTREPRENEURSHIP: A CRIMINAL AND CIVIL ANALYSIS OF THE PRACTICE

[1]RAPHAEL PAULIELLO; [2]LUCAS OLIVEIRA NASCIMENTO; [2]ÂNGARA NASCIMENTO SANTOS; 3THYARA GONÇALVES NOVAIS

Resumo

O presente artigo analisa as pirâmides financeiras disfarçadas de modelos de empreendedorismo ou marketing multinível, destacando seus impactos jurídicos e sociais. Embora apresentadas como oportunidades de investimento, essas estruturas configuram práticas fraudulentas que dependem da captação de novos participantes para sustentar lucros fictícios, sem respaldo econômico real. No campo penal, tais condutas são tradicionalmente enquadradas como crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521/51), podendo também caracterizar estelionato (art. 171, CP), enquanto na esfera civil, os contratos celebrados são nulos por ilicitude de objeto. A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, evidencia a insuficiência da legislação atual diante da crescente sofisticação tecnológica dos esquemas, especialmente com o uso de criptoativos. Constatou-se ainda que a ausência de educação financeira contribui para a vulnerabilidade da população e a expansão dessas fraudes. Conclui-se pela necessidade de maior rigor penal, aprimoramento da regulação estatal e fortalecimento de políticas preventivas voltadas à conscientização financeira da sociedade.

Palavras-chave: Pirâmides Financeiras. Direito Penal. Direito Civil. Empreendedorismo, Fraudes.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho examina as pirâmides financeiras, frequentemente disfarçadas sob o manto do empreendedorismo ou marketing multinível, que se consolidaram como práticas fraudulentas de elevada repercussão social e jurídica. Tais esquemas, embora apresentados como negócios inovadores, consistem na captação de recursos de novos investidores para sustentar lucros artificiais aos que ingressaram anteriormente, sem qualquer lastro econômico real (MARTINS; DESCONZI, 2023). No plano penal, a conduta tem sido tradicionalmente enquadrada como crime contra a economia popular (art. 2º, IX, da Lei 1.521/51), podendo ainda configurar estelionato (art. 171, CP), mas a doutrina e a jurisprudência discutem a necessidade de um tipo penal autônomo mais severo (RIBEIRO; FERNANDES, 2023; SANTIAGO, 2023). O Superior Tribunal de Justiça já consolidou entendimento de que tais esquemas não se enquadram como crime contra o sistema financeiro, mas como delitos contra a economia popular (STJ, CC 146.153; RHC 132.655). O objetivo deste estudo é analisar a caracterização penal e civil das pirâmides financeiras, destacando seus reflexos jurídicos e sociais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida mediante revisão bibliográfica e documental, com análise de artigos científicos, relatórios institucionais e decisões judiciais. Foram examinados precedentes do STJ e produções acadêmicas recentes, a fim de identificar a evolução do tratamento jurídico-penal e civil das pirâmides financeiras.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a repressão penal ainda se mostra limitada diante da sofisticação tecnológica desses esquemas, que incluem fraudes com criptoativos (RIBEIRO; FERNANDES, 2023). Na esfera civil, predomina a nulidade dos contratos firmados e a tentativa de restituição dos valores investidos, embora muitas vezes inviabilizada pela insolvência dos organizadores (MPF, 2016). Estudos indicam que a ausência de educação financeira aumenta a vulnerabilidade da população brasileira, favorecendo a propagação desses golpes (LOPES et al., 2021). Por sua vez, o Estado ainda demonstra falhas na prevenção e regulação, sendo apontada a necessidade de penas mais severas e políticas públicas preventivas (SANTIAGO, 2023).

As decisões do STJ e do STF discutiram justamente o aspecto subsunção típica da conduta à hipótese de incidência legal, qual a competência para o seu julgamento (penal ou civil) e quais as distinções entre a prática delituosa e o marketing legal, sobretudo porque o Estado Legislador não proporciona ao juiz um tipo penal/civil autônomo que caracterize mais precisamente o papel criminoso e o seu procedimento repressivo. Essa posição inerte aponta para um problema ainda mais grave: a insegurança jurídica e risco de ruptura institucional. Em um caso, uma posição; em outro, uma totalmente contrária. O risco para a máquina estatal não é somente a curto prazo, mas principalmente a longo prazo – refletindo no aspecto social-empreendedor. A Operação Policial batizada de *Poyais* (JUSTIÇA FEDERAL. 23ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA. Inquérito Policial n. 5012254-48.2022.4.04.7000) evidencia o despreparo e os desafios das autoridades em lhe dar com os singulares comportamentos empresariais que varia suas ações, sendo muitas vezes perceptível somente no limiar do prejuízo.

Verifica-se, a partir da análise dos resultados, que a expansão das pirâmides financeiras travestidas de empreendedorismo decorre, em grande medida, da conjugação entre lacunas normativas, deficiências na fiscalização estatal e o apelo social por alternativas rápidas de

enriquecimento. As decisões judiciais demonstram divergências interpretativas quanto à subsunção típica da conduta e à competência jurisdicional, refletindo a ausência de uniformidade jurisprudencial e comprometendo a efetividade da repressão penal e civil. Observa-se, ainda, que os avanços tecnológicos, especialmente no campo dos criptoativos e das plataformas digitais, proporcionaram novas formas de ocultação e dissimulação das práticas fraudulentas, exigindo do Poder Público respostas jurídicas mais céleres e tecnicamente embasadas. Nesse contexto, a discussão transcende o mero aspecto punitivo, alcançando também a necessidade de políticas públicas voltadas à educação financeira e à conscientização social como instrumentos de prevenção estrutural dessas condutas.

4 **CONCLUSÃO**

Constata-se que as pirâmides financeiras configuram crimes contra a economia popular, atingindo especialmente as camadas mais vulneráveis da população, que buscam alternativas de investimento e ascensão financeira.

A responsabilização penal ainda carece de maior rigor, de modo a inibir a criação de novos esquemas e proporcionar, na medida do possível, a reparação das vítimas. No campo civil, os contratos celebrados são nulos de pleno direito, pois possuem objeto ilícito.

Verifica-se que a educação financeira é elemento essencial para a prevenção dessas fraudes, embora ainda haja pouco incentivo estatal e social para seu desenvolvimento. Assim, é imprescindível que o Estado adote medidas mais eficazes e proporcionais ao dano social causado, reforçando a fiscalização, o enquadramento penal adequado e o desenvolvimento de políticas de conscientização.

Ademais, é imprescindível reconhecer que o enfrentamento das pirâmides financeiras exige não apenas o fortalecimento dos instrumentos jurídicos de repressão, mas também uma abordagem interdisciplinar que envolva o Direito, a economia e a educação. A ausência de um tipo penal específico e de políticas públicas eficazes de prevenção revela uma lacuna normativa que fragiliza a tutela da economia popular e dificulta a responsabilização dos agentes envolvidos. A consolidação de um marco regulatório mais claro, aliado à atuação integrada entre os órgãos de persecução penal, instituições financeiras e entidades de proteção ao consumidor, mostra-se fundamental para mitigar os efeitos deletérios dessas práticas. Assim, a superação do fenômeno das pirâmides financeiras demanda não apenas a punição dos infratores, mas sobretudo a construção de uma cultura jurídica e social voltada à ética econômica e à valorização da confiança nas relações de investimento.

Em suma, a pirâmide financeira representa não apenas um desafio jurídico, mas também um problema econômico e social de grande magnitude, cuja solução demanda atuação coordenada entre o Poder Público, o sistema financeiro e a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Marcos; DESCONZI, Verônica Silva do Padro. Pirâmide financeira e suas consequências jurídicas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v.9, n.9, 2023.

RIBEIRO, Barbara Claudia; FERNANDES; Marina Brecht. Delito de pirâmide financeira: há necessidade de criação de outro tipo penal? Consultor Jurídico, 27 nov. 2023.

LOPES, Jhon Deiwison Vargas et al. Educação financeira e as decisões de investir (ou não) em pirâmides. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. O MPF de olho nas pirâmides financeiras: saiba como distinguir um investimento financeiro de um golpe. Brasília: MPF/2ª CCR, 2016.

SANTIAGO, Fernanda Castilhos. Pirâmides financeiras e o papel do Estado na sua prevenção. Centro Universitário de Brasília, 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CC 146.153/SP; RHC 132.655/DF. Brasília: STJ, 2016. JUSTIÇA FEDERAL. 23ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA. Inquérito Policial n. 5012254-48.2022.4.04.7000 (Operação Poyais)

DOI.10.29327/1851935.18-10

INOVAÇÃO COM PROPÓSITO: O PAPEL DAS STARTUPS NO IMPACTO JURÍDICO E SOCIAL DO EMPREENDEDORISMO INCLUSIVO NO BRASIL.

[1]CECÍLIA OLIVEIRA DE MELO;[2] MARIA ANGÉLICA ALMEIDA SANTANA;; [3]SANTOS, NADLA BETÂNIA BELÉM

Graduanda em Direito no Centro de Ensino Superior de Ilhéus

Email: souceciliamelo@gmail.com

[2]Graduanda em Direito no Centro de Ensino Superior de Ilhéus

Email: angelicafelizdavida@gmail.com

Graduanda em Direito no Centro de Ensino Superior de Ilhéus

Email: nadlabelem37539@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa o impacto jurídico e social do empreendedorismo de impacto no Brasil, com foco em startups voltadas à promoção da inclusão e dos direitos fundamentais. Parte-se da compreensão de que o empreendedorismo social ultrapassa a lógica do lucro, assumindo papel estratégico na transformação de contextos vulneráveis. Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica interdisciplinar, análise documental e estudo de casos de startups como a Specialisterne Brasil e a Incluo Tech. Os resultados parciais apontam que essas iniciativas, ao promoverem a inclusão de pessoas autistas e com deficiência no mercado de trabalho, contribuem concretamente para a efetivação de direitos e o fortalecimento da cidadania. O estudo também analisa o Marco Legal das Startups e sua relevância para o fomento à inovação. Conclui-se que o empreendedorismo de impacto é uma ferramenta relevante de transformação social, exigindo do Direito um olhar mais dinâmico e atualizado frente aos desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Startups de impacto. Inclusão. Direitos fundamentais. Inovação jurídica

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual evidencia uma mudança significativa na concepção do papel das empresas. Empreender, no século XXI, não se limita à geração de lucro, sendo cada vez mais associado a valores éticos e sociais. Nesse contexto, surge o empreendedorismo social, caracterizado pela busca de soluções para problemas coletivos por meio de modelos economicamente viáveis e sustentáveis.

Entre essas iniciativas, destacam-se as startups de impacto, que unem tecnologia e compromisso social. Atuando em áreas como inclusão, sustentabilidade e redução das

desigualdades, essas startups rompem com modelos empresariais tradicionais ao colocarem o impacto positivo no centro de suas estratégias.

Dentre os desafios enfrentados no Brasil, a exclusão de pessoas com deficiência e neurodivergentes, como autistas, do mercado de trabalho e da vida social é um dos mais urgentes. Este estudo analisa como startups de impacto podem contribuir para a inclusão desses grupos, efetivando direitos fundamentais e promovendo transformações sociais relevantes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise documental e bibliográfica. Foram examinadas legislações nacionais e internacionais sobre empreendedorismo e inclusão, além de relatórios de impacto e estudos de caso de startups que atuam na promoção da diversidade e da neuroinclusão.

O método de investigação utilizado foi o dedutivo, partindo de princípios constitucionais e normas jurídicas que regem a atividade econômica, até a análise prática de como tais normas são aplicadas no contexto das startups de impacto. Como base teórica, utilizaram-se obras de Sachs (2002), Yunus (2010), Schumpeter (1982) e autores brasileiros contemporâneos que tratam da interface entre inovação, direito e responsabilidade social.

3 FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 1º, inciso III, como fundamentos da República, a dignidade da pessoa humana, no inciso IV, estabelece os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e a busca por uma sociedade livre, justa e solidária. Esses princípios sustentam a ideia de que o empreendimento econômico deve exercer uma função social, bem como promover a redução das desigualdades regionais e sociais, conceitos presentes também no artigo 170, inciso III e VII, da Constituição, respectivamente.

Autores como Sachs (2002) e Yunus (2010) defendem que o empreendedorismo social surge como ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável,

promovendo a inclusão produtiva e reduzindo desigualdades. Além disso, estudiosos como Schumpeter (1982) e Carvalho (2019) destacam que a inovação e a criatividade são elementos estruturantes do progresso econômico e social, sendo papel do Direito garantir condições normativas que permitam o florescimento desses modelos, sem perder de vista a responsabilidade social e ambiental. Assim, esse modelo de empreendedorismo revela-se um importante vetor de concretização de direitos fundamentais, como o direito ao trabalho digno, à igualdade e à inclusão.

No contexto jurídico, a Lei do Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021) trouxe avanços ao reconhecer e incentivar modelos de negócios inovadores, embora ainda haja lacunas quanto à regulação específica das startups de impacto social. Embora essa norma ainda não trate especificamente das startups de impacto, cria um ambiente regulatório favorável à inovação e à simplificação burocrática, o que pode impulsionar o surgimento de negócios voltados à transformação social. A ausência de uma política pública específica para negócios que provocam esse tipo de impacto, representa um desafio à consolidação desse ecossistema no país.

No Brasil, A Lei Complementar n° 182/2021, no artigo 4°, define startup como a organização empresarial ou sociedade simples, recentemente constituída, que atua na inovação aplicada a produtos, serviços ou modelos de negócios, com faturamento anual de até R$ 16 milhões e até dez anos de existência. Essas empresas surgem como resposta a desafios sociais e econômicos contemporâneos, e, dentro do campo do empreendedorismo inclusivo, enfrentam grandes barreiras estruturais, como falta de incentivos fiscais, escassez de investimento e ausência de regulamentação específica.

Nesse cenário, empresas como a Specialisterne Brasil, a Incluo Tech e a AutiJob se destacam por promoverem inclusão de pessoas autistas e neurodiversas no mercado de trabalho, mostrando que é possível unir inovação, tecnologia e propósito social. A Specialisterne Brasil capacita e emprega pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em empresas de tecnologia,

evidenciando que a neurodiversidade é um ativo econômico e humano de valor social inestimável.

Outras iniciativas, como a Incluo Tech e a AutiJob, desenvolvem plataformas digitais que conectam profissionais autistas a empresas comprometidas com a inclusão, utilizando tecnologia assistiva e metodologias adaptadas às especificidades sensoriais e cognitivas desses indivíduos. Essas startups tornam-se referências por transformar o ambiente corporativo, demonstrando que o impacto jurídico e social do empreendedorismo vai além do lucro — ele materializa direitos e amplia oportunidades de cidadania e o respeito à diversidade.

Do ponto de vista jurídico, tais iniciativas dialogam com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) nos seu artigo 34, que estabelece o direito ao trabalho da pessoa com deficiência e com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), artigo 27, que estabelece, além do direito ao trabalho, mas que este seja assegurado em igualdade de oportunidades, reafirmando a obrigação constitucional de promover a inclusão e combater a discriminação. Assim, o empreendedorismo social torna-se um instrumento jurídico e prático de efetivação de direitos, aproximando o Direito da realidade concreta.

4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Os resultados apontam que o empreendedorismo social tem desempenhado papel estratégico na efetivação dos direitos fundamentais, especialmente quando orientado pela inclusão de grupos vulneráveis, como pessoas autistas, e também pessoas com outras deficiências. As Startups de impacto social transformam a lógica empresarial, ao integrarem a inovação com a solidariedade e o compromisso constitucional com a dignidade humana, reconhecendo essa dinâmica como ferramenta para um desenvolvimento econômico sustentável.

O impacto jurídico dessas iniciativas é duplo: de um lado, ampliam a concretização dos direitos previstos na Constituição; de outro, desafiam o próprio ordenamento jurídico a evoluir, incorporando novos modelos de negócio e

reconhecendo o valor social da inovação. Conclui-se, portanto, que as startups de impacto social representam um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e justiça social, reafirmando o papel do Direito como instrumento de transformação e não apenas de regulação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021. Institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

YUNUS, Muhammad. Um Mundo sem Pobreza. São Paulo: Ática, 2010.

SCHUMPETER, Joseph. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Ricardo. Economia de Impacto e Inclusão Produtiva no Brasil. Revista de Direito Econômico, v. 8, n. 2, 2023.

DOI.10.29327/1851935.18-11

QUANDO EMPREENDER É RECOMEÇAR: FORTALECENDO MULHERES QUE ROMPERAM O CICLO DE VIOLÊNCIA

WHEN ENTREPRENEURSHIP MEANS STARTING OVER: EMPOWERING WOMEN WHO HAVE BROKEN THE CYCLE OF VIOLENCE

1

[1]ALÂNE BATISTA DOS SANTOS; [2]ANA VERENA BATISTA BOTELHO; [3]JOÃO VICTOR AMARANTE COSTA; [4]THYARA GONÇALVES NOVAES

[1]Graduanda do Curso de Direito (8º Sem.) Faculdade de Ilhéus - CESUPI
E-mail: alanebsb@hotmail.com
[2]Graduanda do Curso de Direito (9º Sem.) UNEX – Itabuna
E-mail: abatistabotelho@gmail.com
[3]Graduando do Curso de Direito (8º Sem.) Faculdade de Ilhéus – CESUPI
E-mail: victoramarante.c@gmail.com
Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ilhéus/ Madre Thais
E-mail: thyarag@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa o empreendedorismo feminino como instrumento jurídico e social de fortalecimento e recomeço para mulheres que romperam o ciclo da violência doméstica. A pesquisa parte da constatação de que a dependência econômica é um dos principais fatores que mantêm as mulheres em relações abusivas, tornando essencial a promoção da autonomia financeira como estratégia de emancipação e efetivação da dignidade humana. A partir de dados de órgãos oficiais e estudos recentes, observa-se que iniciativas empreendedoras têm permitido a reconstrução da autoestima e da independência das mulheres, embora ainda enfrentem barreiras estruturais, como acesso restrito a crédito, capacitação limitada e ausência de políticas públicas integradas. Sob a perspectiva jurídica, o empreendedorismo dialoga com os direitos fundamentais à dignidade, igualdade e liberdade profissional, previstos na Constituição Federal e reforçados pela Lei Maria da Penha e pela CEDAW. Conclui-se que empreender, para essas mulheres, significa mais do que gerar renda: é reescrever a própria história, garantindo efetivamente o direito de viver livre de violência. Contudo, para que o empreendedorismo se consolide como política de recomeço sustentável, requer-se o fortalecimento da atuação estatal, da rede de proteção e da integração entre justiça, assistência social e desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Violência doméstica. Empreendedorismo feminino. Autonomia econômica. Dignidade. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema “Quando empreender é recomeçar: fortalecendo mulheres que romperam o ciclo de violência”, e propõe-se a analisar o empreendedorismo feminino como instrumento jurídico e social de reconstrução da autonomia, da dignidade e da cidadania de mulheres em situação de vulnerabilidade. Parte-se da constatação de que a dependência econômica é um dos principais fatores que mantêm a mulher presa a relações abusivas, tornando o empoderamento financeiro um elemento essencial para a efetivação dos direitos fundamentais à igualdade e à liberdade. O estudo ancora-se na perspectiva de que empreender, para muitas mulheres, não é apenas gerar renda, mas reexistir — é transformar a dor em força e o trauma em oportunidade de emancipação pessoal e social.

Apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas de proteção à mulher — especialmente com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) — a dependência econômica ainda se mostra como um dos principais fatores de permanência no ciclo de violência doméstica e familiar. Embora existam programas de empreendedorismo voltados a mulheres em situação de vulnerabilidade, pouco se analisa, sob a ótica jurídica e social, o quanto tais iniciativas efetivamente contribuem para a consolidação da autonomia financeira e da dignidade da mulher pós-violência.

Assim, o problema central que se coloca é: De que maneira o empreendedorismo pode se configurar como instrumento jurídico e social de efetivação dos direitos fundamentais à dignidade, à igualdade e à autonomia econômica das mulheres que romperam o ciclo de violência doméstica, e quais barreiras ainda limitam sua plena eficácia?

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, com análise de dados de órgãos oficiais, legislações, artigos científicos e estudos de caso sobre políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo feminino. Estruturalmente, o trabalho divide-se em

três eixos: o primeiro aborda o marco jurídico e conceitual da proteção à mulher e da promoção da autonomia econômica; o segundo analisa o empreendedorismo como instrumento de recomeço, destacando potencialidades e desafios enfrentados por mulheres que romperam o ciclo de violência; e o terceiro apresenta experiências práticas e políticas públicas que associam emancipação financeira à efetivação dos direitos humanos e à superação da violência de gênero.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, por compreender que o fenômeno da violência doméstica e o recomeço por meio do empreendedorismo envolvem dimensões subjetivas, sociais e jurídicas que não podem ser traduzidas apenas por dados numéricos. O método de procedimento é dedutivo, partindo da análise de princípios gerais — como a dignidade da pessoa humana, a igualdade de gênero e a autonomia econômica — para compreender, à luz do ordenamento jurídico e das políticas públicas, como esses valores se concretizam nas experiências práticas de mulheres empreendedoras. O estudo será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de legislações, tratados internacionais, relatórios institucionais e obras de referência que tratam da violência de gênero, empoderamento feminino e empreendedorismo social.

Entre as principais fontes a serem analisadas estão a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), além de documentos da ONU Mulheres, do SEBRAE, do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A coleta e análise desses materiais visa identificar como as políticas públicas e programas de incentivo econômico contribuem para o fortalecimento da autonomia feminina. Assim, a metodologia proposta busca não apenas descrever o fenômeno, mas compreendê-lo sob a ótica da efetividade dos direitos humanos e da dignidade feminina, permitindo reflexões aplicáveis à formulação de políticas públicas e ações de inclusão econômica.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica deste estudo fundamenta-se em autores e documentos que abordam a violência de gênero, a desigualdade estrutural e o empreendedorismo como ferramenta de emancipação feminina. Heleieth Saffioti (2015) explica que o patriarcado é um sistema de poder que naturaliza a submissão da mulher e legitima formas de violência simbólica e física. Pierre Bourdieu (2021), ao tratar da dominação masculina, reforça que essa desigualdade é socialmente construída e reproduzida nos espaços de trabalho, família e política. Esses referenciais permitem compreender que a dependência econômica é um dos principais fatores que perpetuam o ciclo de violência doméstica, tornando urgente a busca por autonomia financeira.

No campo jurídico, a Constituição Federal de 1988 assegura os direitos fundamentais à dignidade, igualdade e liberdade profissional, sendo a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) um marco no enfrentamento da violência doméstica ao prever ações integradas de prevenção e assistência. No âmbito internacional, a CEDAW reforça o dever dos Estados de promover a igualdade real entre homens e mulheres, incluindo o fortalecimento econômico como meio de combate à violência e exclusão social.

A vertente prática do estudo apoia-se em relatórios da ONU Mulheres (2022), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2023) e do SEBRAE (2024), que demonstram o impacto do empreendedorismo feminino na reconstrução da autonomia e autoestima de mulheres que sofreram violência. Esses documentos destacam que empreender é mais do que gerar renda — é exercer cidadania e protagonismo. Complementarmente, dados do IPEA (2023) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) apontam que o fortalecimento econômico feminino reduz a vulnerabilidade e favorece o rompimento definitivo do ciclo de agressões.

Por fim, a dimensão humana do tema é ilustrada pela obra Sobrevivi... posso contar, de Maria da Penha Fernandes (2020), e pelos estudos de Maria Amélia Teles e Mônica de Melo (2021), que evidenciam a importância das políticas públicas e da rede de apoio para transformar dor em recomeço. Assim, a bibliografia essencial aqui reunida sustenta o entendimento de que o empreendedorismo feminino, quando aliado à proteção jurídica e social, constitui um caminho concreto de liberdade, dignidade e reconstrução de vidas.

4 CONCLUSÕES PRELIMINARES

A análise realizada até o momento permite concluir que o empreendedorismo feminino constitui um instrumento efetivo de recomeço e emancipação social para mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica. Observou-se que a dependência econômica é um dos fatores centrais que perpetuam o ciclo da violência, sendo o fortalecimento financeiro uma estratégia indispensável para a autonomia e a reconstrução da autoestima. O estudo também evidenciou que políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, quando articuladas à rede de proteção prevista na Lei Maria da Penha, podem promover não apenas a independência econômica, mas a verdadeira reinserção social e cidadã dessas mulheres. O ato de empreender, nesse contexto, revela-se como uma forma de resistência e de ressignificação da própria identidade, transformando experiências de dor em trajetórias de superação e protagonismo.

Dessa forma, as conclusões preliminares apontam para a necessidade de maior integração entre o sistema de justiça, as políticas econômicas e os programas sociais, de modo que o empreendedorismo seja reconhecido como parte do processo de reconstrução integral da mulher em situação de violência. Assim, reafirma-se que empreender, para essas mulheres, é mais do que uma alternativa econômica — é um ato de liberdade, dignidade e reconstrução de cidadania.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

CEDAW – CONVENTION ON THE ELIMINATION OF ALL FORMS OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN. United Nations, 1979. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw. Acesso em: 10 out. 2025.
FERNANDES, Maria da Penha Maia. Sobrevivi... posso contar. 5. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência 2023. Brasília: IPEA, 2023.

ONU MULHERES. Empoderamento econômico das mulheres: um caminho para a igualdade de gênero. Nova York: ONU Mulheres, 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br. Acesso em: 10 out. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
SEBRAE. Empreendedorismo feminino no Brasil: desafios e oportunidades. Brasília: SEBRAE, 2024.

SPM – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Mulheres e empreendedorismo no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: SPM, 2023.
TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é